

EDITAL Nº 5/2019/SEI-MCTIC**CREDENCIAMENTO Nº 01/2019****PROCESSO Nº 01250.058570/2017-66****1. DO OBJETO**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Centro Nacional de Monitoramento Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, por meio da Comissão Especial de Licitação, nomeada pela nomeada pela Portaria nº 2.605 de 14 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 93, de 16 de maio de 2018 realizará o Chamamento Público visando o credenciamento e seleção de instituições financeiras destinadas a abertura e movimentação de ***“conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação”***, exclusivamente para o provisionamento de valores referentes a pagamento de férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias de acordo com as disposições deste Edital e nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Instrução Normativa/MPDG n.º 05, de 25 de maio de 2017.

O presente Edital de Credenciamento tem por objeto credenciar e selecionar Instituições Financeiras destinadas a realizar a abertura e movimentação da conta- depósito vinculada-bloqueada para movimentação, aos contratos administrativos firmados pelo Centro Nacional de Monitoramento Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, que tratam da mão de obra das empresas contratadas para prestação de serviço de forma contínua, com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra, exclusivamente para o provisionamento de valores a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras, na forma da Instrução Normativa/MP DG nº 05, de 05 de maio de 2017.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Para o perfeito entendimento deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

2.1.1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

2.1.2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.

2.1.3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.

2.1.4. *Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação* - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

2.1.5. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

2.1.6. Partícipes - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

3. DA CONTA VINCULADA

3.1. Serão depositados pelo CEMADEN na “conta-depósito vinculada” a previsão de provisionamento de valores para o pagamento de férias, décimo terceiro e verbas rescisórias aos trabalhadores das empresas contratadas para a prestação de serviços continuados por meio de fornecimento de mão de obra com ou sem dedicação exclusiva.

3.2. A movimentação da Conta-depósito dependerá de autorização do CEMADEN, sendo que os valores depositados, serão exclusivamente utilizados para o pagamento de: décimo terceiro salário, férias e um terço de férias, multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa e encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

3.3. Visando ao atendimento dos itens anteriores será firmado ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA entre o CEMADEN e a Instituição Financeira escolhida nos termo deste Edital.

4. **4.DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO**

4.1. Poderão habilitar-se para o presente Credenciamento as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco múltiplo, comercial ou cooperativo, Cooperativa de Crédito que atendam as condições deste Edital e seus anexos e documentos, obedecida a legislação em vigor.

4.2. Será vedada a participação de instituições quando:

4.2.1. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;

4.2.4. Estiver irregular quanto a comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou distritais, considerada a sede ou o principal estabelecimento da proponente.

5. **DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO**

5.1. As Instituições financeiras interessadas em celebrar o Acordo de Cooperação Técnica com o CEMADEN com vista a operacionalizar “conta-depósito vinculada–bloqueada para movimentação” e as CONDIÇÕES DE SUA MOVIMENTAÇÃO deverão encaminhar sua manifestação de interesse ao e-mail licitacao@cemaden.gov.br, a qualquer tempo, durante o período de até 30 dias após a publicação do edital.

5.2. A manifestação de operacionalização deveser relativa a unidade do CEMADEN em São José dos Campos – UASG 240224

5.3. O procedimento seletivo para credenciamento será composto pelas seguintes fases:

5.3.1. Apresentação da proposta de credenciamento, conforme Anexo II deste Edital, acompanhada da documentação descrita nos subitens 6.3.2.1, 6.3.2.2, 6.3.2.3 sedo item 6 endereçada à Comissão Permanente de Licitação;

5.3.2. Recebimento da documentação na presença do representante legal ou procurador legalmente constituído da instituição para recebimento e entrega de recibo;

5.3.3. Análise e autuação da documentação; Julgamento das propostas pela Comissão Permanente de Licitação em duas sessões: no décimo quinto dia após a publicação do edital e no trigésimo primeiro dia após a publicação do edital, sempre às 10:30 horas no horário oficial de Brasília, com divulgação no Diário Oficial da União – D.O.U., Seção 3, e no Portal do CEMADEN em 05 (cinco) dias úteis da data da sessão de análise da documentação;

5.3.4. Envio a autoridade competente para decisão sobre o credenciamento;

5.3.5. Homologação e Adjudicação;

5.3.6. Divulgação do nome das instituições habilitadas;

5.3.7. Chamamento formal e por escrito do representante legal para a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica, observando o prazo de 3 (três) dias úteis para o comparecimento deste.

6. **DA HABILITAÇÃO**

6.1. As instituições interessadas em participar deste credenciamento, deverão encaminhar o original e/ou cópia autenticada da documentação exigida para habilitação, bem como proposta de credenciamento, em até 30 dias após a publicação do edital, à Comissão Permanente de Licitação, no endereço Estrada Doutor Altino Bondesan, 500 - Distrito de Eugênio de Melo, São José dos Campos/SP – CEP 12.247-016.

6.2. A proposta de credenciamento deverá conter expressamente as informações exigidas no *Anexo II*, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da instituição (se Procurador, acompanhado da respectiva Procuração).

6.3. A Comissão Permanente de Licitação julgará a aptidão das instituições interessadas mediante comprovação do cumprimento dos seguintes critérios:

6.3.1. Comprovar que a instituição apresentou a documentação solicitada nos subitens 6.3.2.1, 6.3.2.2, 6.3.2.3 e 6.3.2.4;

6.3.2. Comprovar que a documentação da instituição interessada atende aos seguintes critérios:

6.3.2.1. Para comprovação da **Habilitação Jurídica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria ou contrato consolidado;

b) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

c) Declaração do Banco Central de que a instituição financeira está em pleno uso e goza de suas atividades e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial ou cópia do certificado de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central;

d) Declarações contidas nos Anexos III, IV e V;

e) Do representante legal, com a respectiva documentação, para praticar todos os atos necessários em nome da Instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Acordo de Cooperação;

f) Declaração dos sócios da instituição, a qualquer título, de que não mantêm qualquer vínculo com o CEMADEN, que impeça a instituição a contratar com a instituição, nos termos da exigência da Lei de Licitações.

6.3.2.2. Para a comprovação da **Regularidade Fiscal** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade fiscal quanto ao débito municipal do domicílio ou sede da proponente, ou equivalente, na forma da Lei;

d) Certidão negativa de débitos quanto aos tributos estaduais;

e) Certificado de regularidade do FGTS-CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Certidão negativa relativa às contribuições previdenciárias INSS e às de terceiros expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio sede da instituição, pertinente ao seu ramo de atividade e

compatível com o objeto do contrato; e

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.2.3. Para a comprovação da **Qualificação Técnica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Autorização, registro ou inscrição da Instituição junto ao Banco Central do Brasil; e
- b) Declaração de que possui toda infraestrutura necessária ao perfeito cumprimento do objeto do contrato, notadamente a viabilidade técnica com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

6.3.2.4. Para a comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) A boa situação da empresa será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado Índice de Basiléia, devendo ser comprovado o índice mínimo de 11% (onze por cento), de acordo com a fórmula abaixo descrita que deve ser apresentada, preferencialmente, com memória de cálculo:

$$IB = PR \times 100 (PRE / \text{fat or } F)$$

Onde:

IB: Índice de Basiléia ou Índice de Adequação de Capital;

PR: Patrimônio de referência;

PRE: Patrimônio de Referência Exigido;

Fator F = 0,11

A relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido (PRE) obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução do CMN nº 3.490, de 29 de agosto de 2007 e Circular do BC nº 3.360, de 12 de setembro de 2007 e demais normas aplicáveis.

6.4. Comprovação de que o participante do certame não está submetido a processo, intervenção, liquidação ou suspensão pelo Banco Central do Brasil ou por outros órgãos públicos de fiscalização.

6.5. Sob pena de inabilitação, os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, não sendo aceitos documentos em forma de FAX e nem a apresentação de protocolos em substituição a documentos solicitados.

6.6. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do participante.

6.7. Havendo superveniência de fato impeditivo ficará o participante obrigado a declará-lo, sob pena de incorrer em penalidades legais cabíveis.

6.8. Os documentos necessários poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou autenticada por membro da Comissão Especial de Licitação, mediante a exibição do original.

7. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO

7.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por prazo indeterminado, observado o interesse público e os princípios gerais da administração pública, podendo o CEMADEN, a seu critério, sub-rogar os contratos posteriormente ou realizar nova chamada para credenciamento.

7.2. Qualquer pessoa jurídica que se enquadre nos serviços elencados neste Edital, durante o prazo de vigência e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, pode solicitar seu credenciamento.

8. DAS CONSIDERAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS

8.1. Como exigências imprescindíveis para a formalização e manutenção do Acordo de Cooperação, a instituição CREDENCIADA deverá atender às seguintes condições contidas neste edital, especialmente no que diz respeito ao Anexo I – Minuta do Acordo de Cooperação Técnica.

8.2. A instituição CREDENCIADA não poderá alterar suas instalações físicas, tampouco o endereço de atendimento, sem comunicação prévia e por escrito ao CEMADEN, sob pena de descredenciamento.

8.3. Qualquer alteração no capital social da instituição ou de sua composição societária deverá ser informada de imediato ao CEMADEN, com apresentação do documento modificativo.

8.4. A instituição financeira credenciada deverá antes da celebração do acordo de cooperação demonstrar aptidão técnica para instrumentalizar a criação das contas vinculadas nos moldes preconizados pela IN n.º 5/2017.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Após a assinatura do Acordo de Cooperação, a CREDENCIADA deverá apresentar lista de todos os documentos necessários para a abertura das contas em sua instituição.

9.2. Recebida a Ordem Bancária, a CREDENCIADA deverá efetivar o depósito dos valores em até 2 (dois) dias úteis.

9.3. A CREDENCIADA deverá, independente de pedido e sem custos, fornecer, a cada 3 (três) meses, extrato das contas vinculadas abertas, contendo informações dos 3 (três) meses anteriores.

9.4. Terá preferência na distribuição da demanda, a instituição que ISENTAR A TARIFA BANCÁRIA.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Até 02 (dois) antes da data fixada para início do credenciamento (primeira sessão de julgamento), qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital de Credenciamento mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico: licitacao@cemaden.gov.br, até as 18:00 horas no horário oficial de Brasília/DF.

10.2. Caberá a Comissão de Credenciamento decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a retificação desse procedimento.

11. DA VIGÊNCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

11.1. A vigência do credenciamento terá prazo de vigência de (60) sessenta meses, contados da data da homologação da lista inicial de credenciamento.

11.2. A vigência de cada Acordo de Cooperação Técnica acompanhará a vigência do contrato de prestação de serviço para o qual fora firmado.

11.3. O credenciamento configurará uma relação de cooperação visando a movimentação de “conta vinculada” aos contratos administrativos firmados por este Instituto, nos moldes contidos na

Instrução Normativa nº 05/2017, oriunda do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e suas devidas atualizações.

11.4. A rescisão contratual poderá ocorrer a qualquer momento, pela Administração em atendimento ao interesse público, sem prejuízo dos serviços prestados pela instituição credenciada.

11.5. A rescisão contratual é facultada a Contratada, desde que a parte denunciante notifique formalmente a Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

12. DO DESCREDENCIAMENTO E PENALIDADES

12.1. O credenciamento ocorrerá a qualquer momento, quando do descumprimento de quaisquer das cláusulas e condições previstas no Acordo de Cooperação.

12.2. A instituição credenciada será responsabilizada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Acordo de Cooperação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.3. Poderá o CEMADEN, ao verificar o descumprimento das normas estabelecidas no Acordo de Cooperação, suspender temporariamente a execução dos serviços prestados, até decisão exarados em processo administrativo, observados os princípios do contraditório e ampla defesa. Havendo comprovação de culpa ou dolo por parte da CREDENCIADA, ocorrerá credenciamento da mesma, ademais aplicação das penalidades cabíveis prevista em lei.

12.4. O credenciamento não eximirá a CREDENCIADA das garantias assumidas em relação aos serviços executados, e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

12.5. Caso esteja em curso processo administrativo de apuração de irregularidades na prestação de serviços, a CREDENCIADA não poderá denunciar o contrato ou solicitar a rescisão enquanto o referido processo não for concluído.

12.6. O credenciamento poderá ser determinado pelos motivos especificados abaixo mediante a instauração do devido processo legal:

12.7. Motivos previstos nos incisos I a VIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

12.8. Pelo descumprimento das exigências constantes do Edital, de sua proposta ou do Acordo de Cooperação;

12.9. Ação de comprovada má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao CEMADEN ou às empresas Contratadas;

12.10. Deixar de atender determinação do CEMADEN sem a devida justificativa;

12.11. Denúncia de irregularidades nos serviços realizadas pelas empresas contratadas.

12.12. Ao processo de credenciamento aplicar-se-á, no que couber, o disposto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

12.13. A inobservância, pela CREDENCIADA, de cláusula ou obrigações constantes do Acordo de Cooperação, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Administração Pública a aplicar, em cada caso, as penalidades previstas em Lei.

12.14. Pela inobservância dos termos deste Edital poderá haver a incidência das penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.15. Incorrerá nas mesmas sanções do item anterior a instituição que apresentar documento fraudado ou falsa declaração para fins de habilitação neste certame.

12.16. A imposição de penalidade(s) dependerá da gravidade do fato que a(s) motivar, avaliando-se tanto a situação como as circunstâncias objetivas em que ele ocorreu dentro do devido processo legal.

12.17. A partir da notificação dando o conhecimento da aplicação das penalidades, a CREDENCIADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da comunicação para interpor defesa, que deverá ser dirigida à Comissão Permanente de Licitação.

12.18. A imposição de quaisquer das sanções estipuladas neste edital não ilidirá o direito da Administração Pública de exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos que o fato gerador da penalidade acarretar para o CEMADEN, as contratadas e terceiros, independentemente de responsabilidade administrativa, civil ou criminal.

13. **DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerrado o prazo de recebimento das propostas, a documentação encaminhada pelos interessados será examinada pela Administração no prazo estabelecido e divulgado em 05 (cinco) dias úteis, para avaliação sobre a observância das regras previstas neste Edital.

13.2. A lista de credenciamento será Homologada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos.

14. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela apresentação de documentos relativos a este CREDENCIAMENTO.

14.2. Aplicam-se ao presente CREDENCIAMENTO a Lei n.º 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

14.3. Consultas poderão ser formuladas a Coordenação de Compras e Licitações pelo e-mail: licitacao@cemaden.gov.br

14.4. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

15. **DOS ANEXOS**

15.1. Anexo I - Minuta do Acordo de Cooperação Técnica.

15.1.1. Documento I-A - Modelo de ofício de solicitação de abertura de conta vinculada

15.1.2. Documento I-B - Modelo de resposta da Instituição Financeira ao pedido de abertura de conta vinculada

15.1.3. Documento I-C - Modelo de ofício da Instituição Financeira para informar dados da conta vinculada

15.1.4. Documento I-D - Modelo de ofício de solicitação de movimentação de recursos da conta vinculada

15.1.5. Documento I-E - Modelo de ofício da Instituição Financeira para informar movimentação na conta vinculada

15.1.6. Documento I-F - Modelo de Autorização para movimentação de conta vinculada

15.1.7. Documento I-G - Modelo de ofício para solicitação de chaves e senhas de acesso

15.1.8. Documento I-H - Modelo de ofício de solicitação de comparecimento do representante da empresa contratada à Instituição Financeira

15.2. Anexo II - Modelo de Solicitação de Credenciamento.

15.3. Anexo III - Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação.

- 15.4. Anexo IV - Declaração de Atendimento do Inc. XXXIII do Art. 7º da CF.
- 15.5. Anexo V - Declaração de Inexistência de Vínculo de Servidor Público com a Instituição ou Sociedade Civil.

São José dos Campos, 05 de abril de 2019.

(assinado eletronicamente)

OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES

Diretor do CEMADEN



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais**, em 05/04/2019, às 17:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4035641** e o código CRC **6EECD229**.

Referência: Processo nº 01250.058570/2017-66

SEI nº 4035641